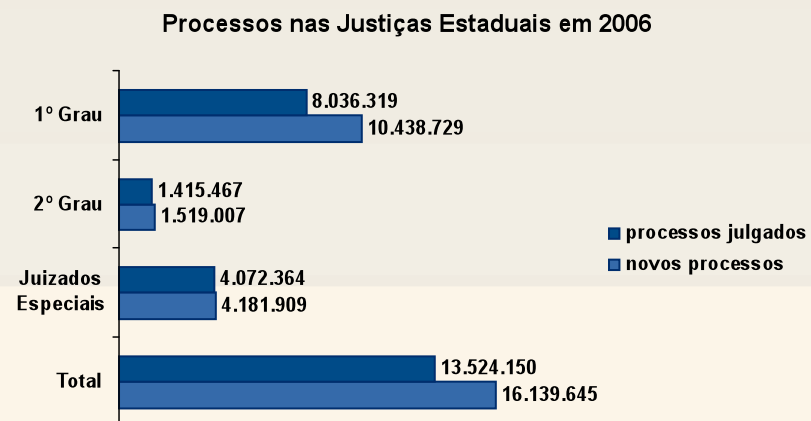
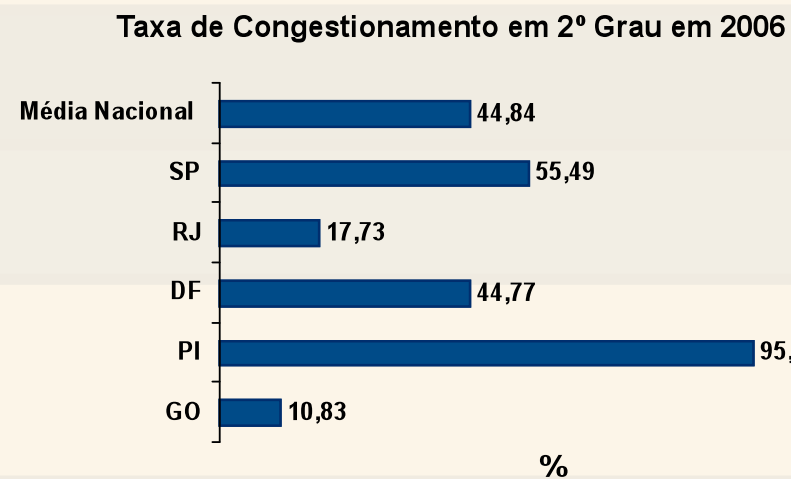
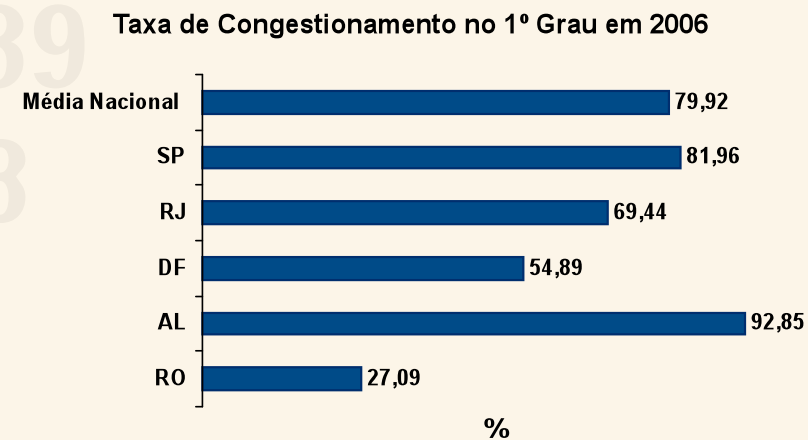
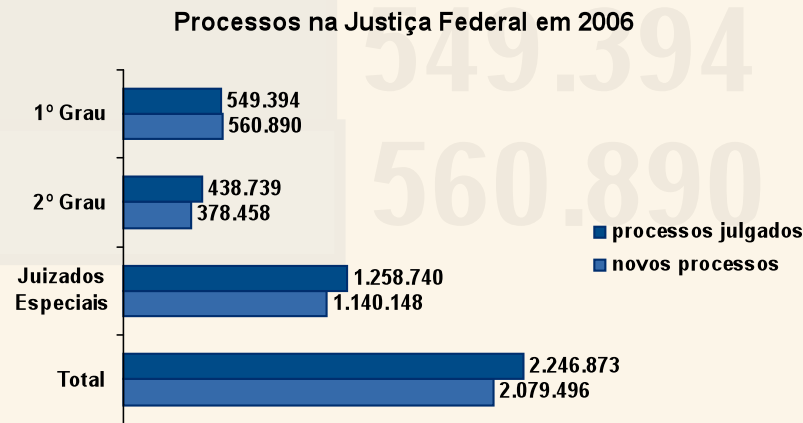


O JUDICIÁRIO EM NÚMEROS

A publicação, no início de fevereiro, do relatório “Justiça em Números – Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário”, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça, faz um raio X da Justiça Brasileira



Por Wilker de Sousa

Os números do Judiciário nacional são impressionantes, mas os do Tribunal de Justiça de São Paulo são imbatíveis. Tudo é grande na Justiça de São Paulo. Dados do relatório *Justiça em Números – 2006*, divulgado pelo CNJ, comprovam essa dimensão do TJSP.

O Estado possui o maior número de magistrados no país (2.154), é o que mais atendeu pessoas (5.434.866) e o que mais gastou (R\$ 3.829.840.216) cifra superior ao dobro do segundo colocado, o Rio de Janeiro.

Apenas no Fórum João Mendes Júnior, o público rotativo é superior à população de 431 dos 645 municípios do Estado de São Paulo: estima-se que 25 mil pessoas atravessam diariamente os dois enormes portões verdes de ferro que dão acesso ao maior Fórum Cível da América Latina, circulando pelos 23 andares do prédio, utilizando para isso

19 elevadores, sendo atendidas por 5 mil funcionários.

Já o Complexo Judiciário Fórum Ministro Mário Guimarães, o Fórum Criminal da Barra Funda, é outra “cidade judiciária”: em seus 185 mil metros quadrados (contando com o estacionamento) e 1.350 salas circulam diariamente cerca de 7 mil pessoas, entre juízes, promotores, funcionários, estagiários, advogados, delegados, presos, parentes de presos. À semelhança dos municípios, ele é dividido em ruas e avenidas. Nas avenidas A, B, C e D e nas ruas de 1 a 10, e outros mais, atendem 100 juízes em 31 varas criminais e 31 cartórios, 3 mil funcionários dando suporte. O complexo é abastecido de três em três meses com 1.200.000 folhas de papel sulfite A4. Num mês, a “cidade” gasta 5.229.000 litros de água, incluindo o volume consumido pelo sistema de esgotos

Traduções Técnicas e Juramentadas em todos os idiomas

Tradução Simultânea

Ensino de idiomas in company

Preparatório para Exames Internacionais (TOEFL, LSAT e outros)

Soluções em idiomas onde você estiver.

(11) 3891 1054
www.thames.com.br

✓Mais de 43 milhões de processos estão à espera de julgamento pela Justiça brasileira. Só na Justiça Estadual de 1º Grau são 33 milhões de processos, sendo que 12 milhões deles se encontram em São Paulo, Estado que, apenas em 2006, atendeu a mais de 5 milhões de processos, o maior índice de atendimento nacional.

✓São Paulo é o Estado que mais recebe novos processos por ano. Em 2006 foram 4,1 milhões em 1º grau. Em volume de trabalho, representa cerca de 2,6 mil novas peças por juiz anualmente. Desses 4,1 milhões de processos que deram entrada, 2,9 milhões foram julgados. Os 1,2 milhões restantes somam-se aos 12,4 milhões já acumulados à espera de julgamento. Esse fator contribuiu para a manutenção da elevada taxa de congestionamento em 1º grau do Estado: 81,96%, um pouco superior à média nacional de 79,9%. Na segunda instância, o TJSP recebeu 496,9 mil casos novos, tendo 467,7 mil julgados mas apresentando ainda um estoque de 583 mil.

✓O Rio Grande do Sul segue São Paulo na fila dos tribunais que mais recebem processos. Em 2006, foram 1,2 milhão de novas demandas e os juízes gaúchos conseguiu julgar 1 milhão em primeira instância. Os 200 mil processos não julgados se somaram aos 2,2 milhões parados nas prateleiras. A taxa

de congestionamento na primeira instância gaúcha ficou em 70,06%, abaixo da média das 27 unidades da Justiça Estadual (79,92%). Isso significa que, no Rio Grande do Sul, de cada 10 processos, três são julgados. Já a segunda instância gaúcha recebeu 359,8 mil casos novos e julgou 335,9 mil. Terminou o ano com 108,4 mil.

✓O campeão de gastos por habitante na Justiça Estadual é o Distrito Federal. São R\$ 408,05 *per capita*, quase R\$ 270 acima do valor gasto pelo segundo colocado, o Estado do Amapá, que consome em média R\$ 141,43 por habitante. Quando a comparação é com a média nacional de R\$ 81,17, a discrepância é ainda maior. São Paulo ocupa apenas a décima posição nacional, com R\$ 93,28.

✓São Paulo está abaixo da média nacional no índice de magistrados por 100 mil habitantes. São 5,47 contra 5,86 de média nacional. O Estado com maior índice é o Espírito Santo, com 12,27 magistrados para cada 100 mil habitantes.

✓Apesar do esforço feito na tentativa de informatizar o Judiciário em todo o país, o Tribunal de Justiça de São Paulo reduziu pela metade a verba anual destinada aos juízes e desembargadores do Estado para a compra de livros e softwares. O valor de 2007 era de R\$ 5 mil

por ano. Agora o gasto será de R\$ 2,5 mil anuais. Com 360 desembargadores e cerca de 2 mil juízes, isso representa uma redução de cerca de R\$ 3 milhões no fundo destinado à modernização do Judiciário paulista.

✓A falta de informatização no Judiciário é um dos maiores empecilhos ao andamento da Justiça. Segundo o STF, estima-se que atualmente 75% do tempo gasto na tramitação de um processo devem-se ao “tempo neutro”, ou seja, toda a burocracia envolvida no manuseio e análise de toneladas de papéis.

✓Em vigor desde 20 de março de 2007, a lei 11.419/06 visa regulamentar a informatização do processo judicial em todo o país. Segundo a ministra Ellen Gracie, presidenta do STF, a intenção é que em cinco anos a Justiça brasileira esteja informatizada. A lei permitirá aos advogados solicitar documentos, apresentar peças e acompanhar o andamento processual, tudo por via eletrônica. No entanto, os sistemas de tramitação eletrônica de processos não são unificados, por isso os diferentes tribunais não dialogam entre si. E muitas vezes, dentro de um mesmo tribunal, os sistemas não são compatíveis. Os TRFs (Tribunais Regionais Federais), por exemplo, utilizam sistemas distintos entre si, o que dificulta o andamento de milhões de processos. Na tentativa de solucionar esse problema,

o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o CJF (Conselho da Justiça Federal) fecharam, na primeira quinzena de fevereiro deste ano, um acordo para a criação de um sistema eletrônico único para todos os TRFs de todo o país. Não deixa de ser um começo.

✓Atualmente há no Brasil cerca de 2,5 milhões de processos 100% virtuais em tramitação. A maior parte deles encontra-se nos Juizados Especiais. O número, quando comparado com os tradicionais processos em papel, é pequeno. Anualmente são iniciados mais de 17 milhões de processos no país, segundo o Ministério da Justiça.

✓Em 2006 a Justiça Federal julgou mais processos do que recebeu. Foram 2 milhões recebidos e 2,24 milhões julgados. Esses números, apesar de animadores, apenas atenuaram a taxa de congestionamento nacional na Justiça Federal, que ainda continua alta: 79,92% em 1ª instância e 44,84% na 2ª.

✓Os Estados com maior porcentagem de processos acumulados são Alagoas (na primeira instância) e Piauí (na segunda). Na primeira instância, as taxas de congestionamento dos Estados são praticamente iguais. O mais abarrotado é Alagoas (92,85%) e menos congestionado é Rondônia (27,09%). Nos Tribunais de Justiça, ou seja, na 2ª instância, as disparidades são maiores. Piauí apresenta a maior taxa (95,72%) e o tribunal com melhor desempenho é o de Goiás, com taxa de congestionamento de 10,83%. Esses números compõem a chamada taxa de congestionamento, ou seja, a porcentagem de processos não julgados entre todos aqueles existentes na Justiça Estadual. Isso significa que, em Alagoas, a média anual é inferior a 1 processo julgado entre 10 existentes.

✓No quesito modernização do Judiciário, a Paraíba é um exemplo. No final de fevereiro o Estado concluiu a informatização de todos os seus cartórios de registro civil. Isso se deve à parceria celebrada entre a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado e a Anoreg-PB (Associação dos Notários e Registradores do Estado da

Paraíba). Foram adquiridos 41 kits de informática com o objetivo de combater a tão criticada morosidade existente na Justiça.

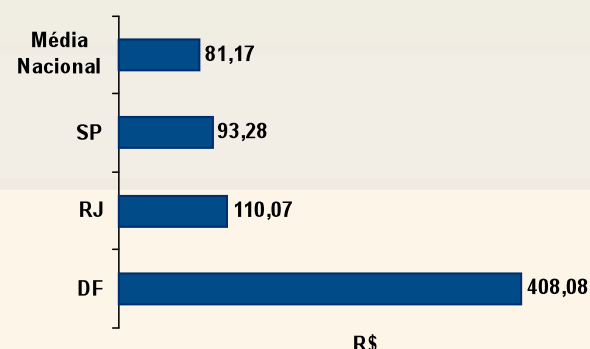
✓A média de recursos das decisões de primeira instância na Justiça estadual é de apenas 9,29%. As decisões dos juízes vêm sendo mais aceitas até mesmo do que as dos desembargadores. Na segunda instância, essa taxa de recorribilidade sobe para 13,26%.

✓Em termos de Brasil, a carga de trabalho dos juízes diminuiu um pouco (bem pouco). O número de processos que cada um deles recebeu para julgar em 2004 era, em média, de 4.187. Em 2005, esse volume passou para 4.087 – ou seja, uma variação pouco perceptível. Em resumo, se cada juiz trabalhasse os 365 dias de um ano, teria de apreciar e decidir 11 processos por dia. Essa pífia queda de 100 processos em 4.000 não se deve à informatização, mas ao aumento de número de magistrados. O número de juízes e desembargadores aumentou em 655 de 2004 para 2005 (eram 13.727 juízes e desembargadores em 2004, passou para 14.382 em 2005).

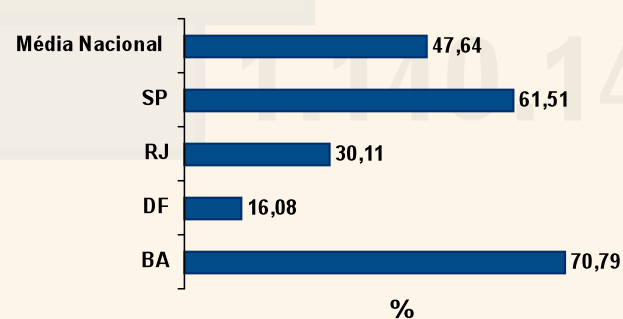
✓Em 2006 mais de 125.000 processos foram recebidos pelo STF. Num cálculo matemático dividindo esse montante pelo número de ministros do STF (a composição é de 11 membros), cada um deles teria que julgar mais de 11.000 processos por ano. Sobra pouco tempo para responder às provocações do Executivo.

✓Foram realizados 90 mil divórcios e separações em São Paulo no último ano. Esse alto número deve-se à entrada em vigor da Lei 11.441/07, de 4 de janeiro de 2007, que permite a realização de divórcios, separações e inventários em cartórios de todo o Brasil. Somente na capital do Estado foram feitos 29.899 atos. Com a vigência da nova Lei, muito se ganhou em agilidade, pois permite que a ação seja efetuada diretamente no cartório, sem a necessidade de uma audiência judicial específica. Um divórcio, por exemplo, que anteriormente durava dois anos em média para ser feito, agora pode ser realizado em algumas horas.

Gastos da Justiça por habitante em 2006



Taxa de Congestionamento nos Juizados Especiais em 2006



Fontes: Justiça em Números – indicadores estatísticos do poder judiciário – ano 2006; Revista Consultor Jurídico. <http://www.cnj.gov.br/>